

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ



SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI Nº 27/2022



PROTOCOLO GERAL 000398/2022
09/08/2022 - Horário: 15:42:15

PROJETO DE LEI 27/2022

ALTERA A LEI MUNICIPAL
1.317/2020.

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Alterado o Parágrafo Único do artigo 14 da Lei Municipal 1.317/2020, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único: Há necessidade de o Diretor Administrativo possuir curso superior completo.

Art. 2º - Altera o Parágrafo Único do artigo 15 da Lei Municipal 1.317/2020, que passará a vigorar com a seguinte redação:


Parágrafo único. Há necessidade de o Diretor Legislativo possuir curso superior completo.

Art. 3º - Altera a qualificação constante no quadro do ANEXO III, da Lei Municipal 1.317/2020, passando-se a vigorar Curso Superior Completo para os cargos de Diretor Administrativo e Diretor Legislativo.


Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

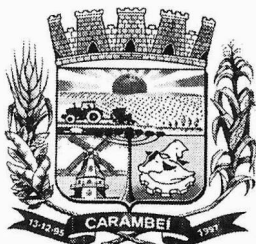
Carambeí, em 09 de agosto de 2022.


Elio Alves Cardoso
Presidente


Diego Josino Xavier De Macedo
Vice-Presidente


Eclaiton Moreira Bueno
1º Secretário


Sergio Luís de Oliveira
2º Secretário




CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ


JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer o perfil profissional e a qualificação técnica mínima para admissão dos cargos em comissão do Poder Legislativo Municipal.


Outrossim, o presente projeto pretende adequar a legislação exigindo qualificação técnica mínima para o provimento nas funções de confiança, incluindo-se, portanto, que o nível de escolaridade exigido em razão da responsabilidade e da complexidade das atribuições não deve ser inferior ao terceiro grau completo para os cargos de diretor legislativo e diretor administrativo, em consonância com o Prejulgado nº. 25, expedido pelo do Tribunal de Contas do Paraná, devendo-se buscar a melhor qualificação do servidor público para ser investido no cargo público.

Assim sendo, com a finalidade de readequação do Projeto de Lei, com fundamento nos artigos 98, VI, 127 e 131 do Regimento Interno, é que enviamos o presente Substitutivo, para regular tramitação e aprovação.


Elio Alves Cardoso
Presidente


Diego Josino Xavier de Macedo
Vice-Presidente


Eralton Moreira Bueno
1º Secretário


Sergio Luis de Oliveira
2º Secretário